

JORNALISTA POR VOCAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERCEPÇÃO DE MAX WEBER A RESPEITO DA PROFISSÃO¹

MÁRCIA V. MALCHER DOS SANTOS²

RESUMO

O interesse de Max Weber pelo jornalismo está expresso tanto no plano de pesquisa que ele propôs sobre a imprensa em 1910, como nos seus escritos políticos, especialmente na conferência de 1919, em Munique, *Política como vocação*. A fim de abordar esse tema pouco discutido do pensamento weberiano, optou-se por seguir a trilha da figura do jornalista para refletir, primeiro, sobre qual é o seu lugar e a sua importância em um estudo sociológico da imprensa, tendo em mente a epistemologia weberiana; e, segundo, sobre as qualidades e atributos relacionados por Weber ao jornalista a partir da sua perspectiva política.

Palavras-Chave: Max Weber, jornalista, demagogia, pária.

JOURNALIST BY VOCATION: SOME CONSIDERATIONS ON THE PERCEPTION OF MAX WEBER ABOUT THE PROFESSION

ABSTRACT

Max Weber's interest in journalism is expressed in both a research plan that he proposed about the press in 1910, as in his political writings, especially in the Conference of 1919 in Munich, *Politics as a vocation*. In order to address this theme little discussed of Weber's thinking, we opted to follow the trail of the figure of

- 1 A autora agradece o incentivo do professor Brasília João Sallum Jr., que ministrou a disciplina *Max Weber: Sociologia e Política*, a partir da qual se construíram as reflexões apresentadas neste artigo.
- 2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Brasil.
E-mail: mmalcher@usp.br

journalist to reflect, first, about what its place and its importance in a sociological study of the press, bearing in mind the Weber's epistemology; and, second, on the qualities and attributes listed by Weber to the journalist on his political perspective.

Keywords: Max Weber, journalist, demagogu, pariah.

INTRODUÇÃO

[...] não é fácil expressar-se rápida e convincentemente sobre isto e aquilo, sobre todos os imagináveis problemas da vida - segundo as exigências do "mercado" - e fazê-lo sem se tornar absolutamente raso e, acima de tudo, sem perder a dignidade, desnudando-se, o que tem resultados impiedosos. Não é de espantar que existam muitos jornalistas que se tornaram fracassos humanos e homens indignos. É, antes, espantoso que, apesar de tudo isso, esta camada mesma inclua um número tão grande de homens de valor e realmente autênticos, um fato que as pessoas distantes da profissão dificilmente imaginam (WEBER, 1982, p.120).

Este trecho da conferência "Política como vocação" pronunciada por Weber em 1919 a estudantes da Universidade de Munique, além de expressar o que pode ser considerado a matriz do seu pensamento político em relação ao jornalista, como será detalhado mais adiante, também evidencia a proximidade dele com a profissão, denotando a importância deste envolvimento para a construção de sua percepção sobre os jornalistas. Max Weber (1864-1920), de fato, manteve contato, durante toda a vida, com o universo do jornalismo alemão de sua época. Trabalhando, inclusive, como editorialista em vários jornais alemães reformistas e liberais, em particular o *Frankfurter Zeitung*. Sentiu-se atraído pela profissão até o final da vida, vendo-a como preferível a de professor, que era pouco atraente para ele³ (BASTIN, 2013a, p.151).

3 Gilles Bastin (2013, p.151) cita o trecho de uma carta de Weber presente na biografia que Marianne Weber escreveu sobre o marido, no qual ele diz: "*Ganhar dinheiro? Sim, mas como? Essa é a questão para mim. Ao invés de atuar como professor, eu poderia trabalhar para um jornal ou como um editor aqui, e para isto eu não teria nenhuma objeção. Afinal de contas, eu posso fazê-lo*" (tradução livre).

Afora esses dados biográficos, o interesse de Weber pelo jornalismo e pelos jornalistas manifestou-se de duas formas distintas: primeiro, através da Primeira Conferência da Sociedade de Sociologia Alemã (*Deutsche Gesellschaft für Soziologie, DGS*), Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa, apresentada, em 1910, a estudantes principiantes, com o objetivo de atrair interessados em participar do estudo, e de outro texto menos acessível, *Relatório preliminar sobre uma proposta de pesquisa sociológica da imprensa (Vorbericht über eine vorgeschlagene Erhebung über die Soziologie des Zeitungswesens)*⁴, provavelmente escrito por ele para ser distribuído às pessoas convidadas a participar do projeto - “O primeiro tema que a Associação de Sociologia considerou adequado para um estudo genuinamente científico é o de uma sociologia da imprensa” (WEBER, 2005, p.14); segundo, por meio de seus escritos políticos, principalmente, *Política como Vocação* (1919) e, de forma mais secundária, *Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída* (1918), os quais, como ressalta o próprio Weber neste último, são textos políticos que não reivindicam “a autoridade protetora de qualquer ciência. Uma escolha entre compromissos definitivos não pode ser feita com os instrumentos da ciência” (WEBER, 1974, p.9).

Ou seja, Max Weber aborda a imprensa e os jornalistas em vista de uma disposição metodológica de pesquisa (de um “estudo genuinamente científico”) e, mais tarde, comenta sobre o tema nos escritos políticos citados, a partir de um olhar centrado no contexto alemão. Apesar do caráter ensaístico da conferência de 1910, diferentemente do *Relatório preliminar*, que é mais detalhado e técnico no sentido de delimitar o trabalho de campo, Weber é claro em definir as bases do projeto de pesquisa proposto e da própria Sociedade de Sociologia Alemã, em cuja fundação estava paralelamente comprometido. Tanto a pesquisa como a criação da Sociedade, para além do desenvolvimento de uma equipe de base de pesquisas

4 Utilizamos o texto traduzido para o francês- *Rapport préliminaire pour une proposition d'enquête sur la sociologie de la presse.*

empíricas e de discussão de metodologias apropriadas, tinham um objetivo principal: o de se criar um fórum puramente acadêmico, de modo a estudar a imprensa objetivamente, além de diferenciar a Sociedade de Sociologia Alemã (DGS) da Associação para a Política Social (*Verein für Sozialpolitik*), da qual Weber era membro, e que não distinguia entre questões morais e acadêmicas (BASTIN, 2013a, p.153-154). “Apenas isso, por certo, e não uma tomada de posição, seria nossa tarefa” (WEBER, 2005, p.15).

Assim, o plano de pesquisa apresentado pelo sociólogo em 1910 tinha objetivos metodológicos claros, em vista de uma investigação que mantivesse a neutralidade axiológica durante a sua execução. E o próprio viés ensaístico da proposta de pesquisa ou a nítida presença de valores “não objetivos” na conferência, tem justificativa na epistemologia weberiana à medida que nela os valores são determinantes no processo de escolha das “manifestações sociais” que se tornarão objeto de investigação:

Não existe qualquer análise científica “objetiva” da vida cultural, ou das “manifestações sociais”, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, para se tornarem no objeto de investigação (WEBER, 2003, p.29).

Se de um lado, apesar dos valores presentes na conferência de 1910, o propósito é o estudo objetivo e científico da imprensa, por outro, a *intenção* nos escritos políticos é diversa. Nestes, Weber não está preocupado em definir diretrizes de pesquisa, mas sim em se posicionar abertamente sobre o que pensa do jornalista e da imprensa, considerando o contexto político presente da Alemanha pós-Bismarck.

Weber estabeleceu em seu pensamento uma distinção clara entre a validação do conhecimento científico, de um lado, e os juízos ‘de valor’, de outro, os quais eram inconciliáveis e dicotômicos. Ainda que, sem dúvida, “os ensaios sobre epistemologia e metodologia que

ele escreveu também refletiam problemas políticos com os quais estava preocupado, tanto no plano pessoal quanto no intelectual” (GIDDENS, 1998, p.30). No entanto, é necessário ter em mente essa diferenciação ao olhar para os textos que o sociólogo registrou sobre a imprensa, sem desconsiderar que se trata de um pensamento interligado e que é preciso percebê-lo como um conjunto.

Aqui, buscar-se-á seguir a trilha destes textos no que se refere ao jornalista. Primeiro, situando o lugar que a figura do profissional ocupa na proposta de pesquisa sobre a imprensa, contextualizando-a no escopo mais amplo da epistemologia weberiana, o que acredito justificar a importância do jornalista em uma “sociologia weberiana da imprensa”. E depois, atendo-se mais aos textos políticos, refletir sobre qual seria a concepção de Weber a respeito do jornalista, sugerindo algumas proposições.

O JORNALISTA NO PLANO DE PESQUISA DA IMPRENSA

Ao propor um plano de pesquisa sobre a imprensa, Weber buscava ampliar sua determinação fundamental de estudar a singularidade cultural do homem moderno no contexto da emergência do capitalismo, como o fez, por exemplo, em seu estudo sobre música ou ainda, sobre religião, em *A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo*.

É no momento de institucionalização da imprensa no começo do século XX - quando a especialização de tarefas e racionalidade burocrática revela-se o efeito mais integral dos feitos do capitalismo e um componente inevitável para o seu crescimento (GIDDENS, 1998, p. 58) - que Weber propõe o ambicioso plano de pesquisa citado, já que previa a colaboração de pesquisadores de áreas diferentes do conhecimento, jornalistas, editores, estudantes, um trabalho de campo amplo e detalhado, inclusive em outros países.

Para ele, quanto mais eficiente, mais a burocracia ‘desumaniza’ seus membros: “mais completamente tem sucesso em eliminar das atribuições dos funcionários amor, ódio e todos os elementos

puramente pessoais, irracionais e emocionais que escapam ao cálculo” (WEBER, M. *apud* GIDDENS, 1998, p.58). A imprensa moderna e, portanto, os jornalistas, surgem nesse contexto de racionalização produtiva. “Se consideramos a imprensa em termos sociológicos, o fundamental para toda discussão é o fato de que, hoje em dia, a imprensa é necessariamente uma empresa capitalista e privada que, ao mesmo tempo, ocupa uma posição totalmente peculiar” (WEBER, 2005, p.16).

Em uma das maneiras utilizadas por Weber para se referir à racionalização, ele atribui a ela o sentido de “desencantamento” (*Entzauberung*) do mundo. Não se trata de afirmar que este último perde o ‘encanto’ ou se torna mais miserável, mas sim da ideia de perda dos elos mágicos que misturavam entre si todas as esferas de ação de outros tempos, em sociedades menos racionalizadas. Nesse sentido do esquema weberiano, a racionalização tem a ver com um processo de desmitologização e envolve a separação entre as formas de orientação da ação que antes estavam imbricadas e emaranhadas. Nessa separação, cada uma das formas – Política, Economia, Religião (por exemplo) – ganha autonomia, passando a operar segundo uma lógica própria (COHN, 2012).

No entanto, José Mauricio Domingues (2000, p.225-6) argumenta que, ao funcionar como um unificador dos diversos fenômenos e se articular à dominação racional-legal, o processo de racionalização apresenta uma complicação para o que Weber considerava a autonomia das esferas de existência individual. Segundo ele, apesar de se mostrar reservado em relação a isso, Weber aponta para a universalidade da espécie ocidental de racionalismo, que se afirma em todas as esferas já diferenciadas da vida social. O fato é que a interpretação weberiana dos processos de racionalização nas diversas esferas põe em evidência lógicas imanentes de racionalização.

Não à toa, o plano de pesquisa atesta esse interesse em definir a ‘lógica’ própria da imprensa, seu funcionamento e forma de orientação da ação, cujo regulamento específico é “economicamente

condicionado” (WEBER, 2003, p.21). Para isso, seria necessário estudar uma série de fatores, os quais Weber definiu no *Relatório Preliminar* como *Zeitungs-geschäft* (*L'économie du journal/ A economia do jornal*), considerando o fato que

[...] o modo de funcionamento de qualquer trabalho cultural da imprensa hoje está relacionado às condições de vida das empresas privadas e não pode ser de outra forma: é necessário analisar em primeiro lugar e antes de mais nada a empresa [ou, mais exatamente, o negócio] jornalística (*Zeitungs-geschäft*) do ponto de vista das condições objetivas de sua existência (WEBER, 2001, p.47, tradução livre).

O plano previa investigar, dentre outros aspectos, os interesses comerciais e a administração dos jornais, por exemplo, as necessidades internas, circulação do capital, seus proprietários, as modalidades de venda (o mercado de circulação de jornais), o serviço de anúncios, a crescente importância das agências de notícias, tanto no sentido orçamentário do jornal como no de fornecedoras de conteúdo; as notícias, “o que se torna público por meio da imprensa e o que não?” (WEBER, 2005, p.14); e a forma-jornal, como produto, para além das notícias, pois “existem produções em massa de conteúdos de imprensa, desde o espaço de esportes e das palavras cruzadas até a novela” (WEBER, 2005, p.19).

Além disso, o plano também previa o estudo da dinâmica do mercado de jornais. Nesse sentido, no começo do século XX, ao contrário de muitos contemporâneos seus, “especialistas da imprensa de primeira linha”, “teóricos” e “especialistas do âmbito prático”, que negavam a tendência de formação de monopólio das empresas jornalísticas, Weber traça esse aspecto como um objetivo de pesquisa, e ironiza:

[...] de fato, o principal representante dessa postura, Lord Northcliffe, poderia talvez sabê-lo melhor, já que é um dos maiores magnatas de truste de todos os tempos no terreno da imprensa. Porém, quais seriam as consequências para o caráter dos jornais se ocorresse algo assim?” (WEBER,

2005, p.17).

É interessante notar a clareza que ele demonstrou a respeito dessa tendência, a qual veio a se efetivar e configura uma característica fundamental da imprensa atual, traduzida na formação de grandes conglomerados de mídia.

Weber também situa o jornalista em relação às condições objetivas de existência dos jornais. “Não podemos, portanto, nos contentar com a contemplação do produto como tal, mas sim temos que prestar atenção ao produtor e perguntar pela sorte e pela *situação do estamento jornalístico*” (WEBER, 2005, p.19, grifo meu). As diretrizes, como aponta o *Relatório Preliminar*, voltam-se para a preocupação do que conforma o jornalismo como profissão: a formação, os requisitos, perspectivas, as relações de poder, a distribuição de cargos nos jornais, a sua dinâmica correspondente em diferentes países e veículos de atuação.

As exigências de qualidade feitas aos jornalistas modernos, adaptação e seleção, através dos condicionamentos da empresa jornalística (*Zeitungsgeschäft*). Origem social, formação inicial, colocação no mercado de trabalho, tipo de trabalho, salário e “carreira” (*Laufbahn*) dos Jornalistas (se possível utilizando questionário) (WEBER, 2001, p.63, tradução livre).

No entanto, ainda que o interesse estivesse, sobretudo, nas “oportunidades de vida [do jornalista] dentro da profissão”, como defende Gilles Bastin (2013a, p.164), Weber questiona “quais são suas perspectivas de vida na atualidade, dentro e fora do país, *incluídas as extraprofissionais?*” (WEBER, 2005, p.19, grifo meu). Além de se referir a ‘oportunidades de vida’ extraprofissionais, ele também se utiliza do termo *estamento jornalístico*, o qual reverbera um significado específico presente em *Economia e Sociedade*, de distinção entre classe e estamento:

Em oposição à “situação de classe”, determinada por fatores puramente econômicos, compreendemos por “situação estamental” aquele componente típico do

destino vital humano que está condicionado por uma específica avaliação social, positiva ou negativa, da *honra*, vinculada a determinada qualidade comum a muitas pessoas (WEBER, 1999, p.180).

Estamento, portanto, faz referência ao que escapa dos processos puramente econômicos, não sendo regido por interesses objetivos, mas sim pela honra estamental, que “costuma encontrar sua expressão na exigência de uma *condução da vida* específica” (WEBER, 1999, p.181). Do que se depreende que, apesar da ênfase na necessidade de investigação da dinâmica da ‘carreira’ e atuação do jornalista, enquadrando-o no mercado e distinguindo-o como um trabalhador do mercado industrial de jornais, Weber não restringe a profissão a esse fator, mesmo no plano de pesquisa sobre a imprensa, cuja intenção era traçar caminhos metodológicos de investigação. Como veremos mais adiante, é nos escritos políticos que ele, de fato, opina sobre a ‘honra estamental’ do jornalista.

Outro apontamento importante a se fazer que liga o plano de pesquisa à epistemologia weberiana, como ressalta Wilhelm Hennis (1998, p.108), é o fato de que a sociologia weberiana é uma “Ciência do Homem”, homem como um ser cultural que, condicionado por circunstâncias ‘sociais’ historicamente mutáveis (econômicas, políticas, culturais, religiosas) pode sempre se tornar alguma coisa diferente e distinta. Esse aspecto é primordial para perceber a diretriz determinante de pesquisa que tem como objetivo compreender, a partir do estudo da lógica ‘economicamente condicionada’ da imprensa moderna, como ela condiciona e acostuma a leitura do homem moderno.

Como esse homem, antes de iniciar seu trabalho diário, habituado “a alimentar-se com um cozido que lhe impõe uma espécie de caça por todos os campos da vida cultural, começando pela política e terminando com o teatro, passando por muitos outros assuntos” (Weber, 2005, p.19), capta e interpreta o mundo exterior? “A constante mudança e o fato de se dar conta das mudanças massivas da opinião pública [...] pesa de forma impressionante sobre o caráter específico

do homem moderno. Mas de que maneira? Isso é o que teremos que investigar (WEBER, 2005, p.20).

Como ele próprio esclarece, Weber não está interessado na influência que os jornais exercem no ‘cérebro’ ou em aspectos psicológicos (WEBER, 2005, p.20), “mas mais na sua vida cotidiana através da racionalização e universalização das ferramentas através das quais os mundos da vida individual são interpretados [...]. A imprensa ajuda a definir quadros estáveis e unificados de pensamento e ação” (BASTIN, 2013a, p.165, tradução livre).

Em sua metodologia científica, portanto, a ação humana é explicável socialmente. No entanto, a compreensão da ação não deve se pautar na vivência do sujeito da ação que se quer conhecer, mas sim requer convertê-la em objeto de análise. Para compreender, em Weber, de acordo com Gabriel Cohn (1979), é necessário ter acesso a um conhecimento *nomológico*, referente a regularidades observáveis de conduta dos agentes, e a construção de *tipos ideais*, considerando que a ação envolve relações, “nexos causais, entre várias ações do mesmo agente (típico) ou entre as ações de vários sujeitos diversos, num mesmo contexto” (COHN, 1979, p.82).

José Domingues (2000, p. 228) faz uma consideração importante a respeito da ação em Weber. Ele afirma que além de considerar a tragicidade atribuída por Weber ao homem moderno, é também preciso salientar os aspectos de sua obra que ajudam a pensar o processo emancipatório da modernidade. Assim, propõe uma reformulação da tipologia weberiana no que tange à ação, pois ela “não comporta a atribuição à ação de um caráter criativo, resumindo-se basicamente, em termos de significado, à racionalização e ao tradicionalismo”. Acredito que a criatividade como um aspecto permanente da ação também não poderia deixar de ser considerada na abordagem dos sujeitos que exercem a atividade jornalística em um estudo sobre a imprensa.

O plano de pesquisa sobre a imprensa, portanto, revela esses dois eixos essenciais para se compreender a ação: o contexto no

qual ela se dá, todo o detalhamento de funcionamento da produção jornalística e do mercado de notícias, o que se refere ao conhecimento ‘nomológico’, no sentido de detectar regularidades empíricas; e o próprio agente, cujas ações são dotadas de sentido, como é o caso, em relação à imprensa, do jornalista e do leitor ou do ‘caráter específico do homem moderno’ no que concerne ao condicionamento de sua forma de perceber e ler o mundo. Esses dois aspectos estão epistemologicamente intrincados, pois

[...] a compreensão não incide simplesmente sobre a ação, nem muito menos sobre o agente, mas sobre a situação em que a ação se dá. No fundo, compreendem-se complexos, ou encadeamentos, de ações dotadas de sentido, das quais os agentes são portadores (COHN, 1979, p.83).

Assim como Weber não se interessa pelos efeitos psicológicos que os jornais exercem nos leitores, seguindo a sua definição metodológica, é possível afirmar o mesmo a respeito do trabalho do jornalista, caso o plano de pesquisa fosse levado adiante⁵. Pode-se dizer que uma questão principal a ser respondida numa ‘sociologia weberiana da imprensa’ seria justamente a de até que ponto essa racionalização dos meios e do processo de feitura do jornal também condiciona e ‘educa’ esse jornalista moderno.

Como evidencia os outros trabalhos empíricos de Weber, é importante notar que ele não se limita à investigação de casos específicos, mas constrói uma teoria que expande o horizonte rumo a uma visão macro. Ainda que não tenha sido realizada, a pesquisa sobre a imprensa, a qual delimita em detalhes os passos quantitativos e qualitativos do estudo de campo, também apontava para esse mesmo caminho ou, nas palavras de Weber: “teremos, no final, fundadas esperanças para podermos aproximar-nos lentamente das questões de maior alcance, cujo esclarecimento é a meta a que se propõe esta

5 Em seu artigo, Gilles Bastin (2013b) detalha as razões para o fracasso do plano de pesquisa que se referem desde o desgaste de Weber com ações judiciais que envolveram jornais da época, como a sua dificuldade em conseguir colaboradores para o projeto.

investigação” (WEBER, 2005, p.20). Questões estas que se referem, fundamentalmente, ao seu interesse em compreender a nascente cultura moderna e, portanto, a formação do ‘homem moderno’.

Considerando a importância atribuída por Weber ao conceito de *relação social*, pode-se afirmar que, se as ações dos homens são reciprocamente *referidas* quanto ao seu sentido, a figura do jornalista é essencial em seu plano de pesquisa, tanto em relação ao mapeamento do contexto (das relações internas da produção de jornais, dinâmica das empresas, distribuição de cargos, critérios de seleção de notícias, entre outros), como para entender a sua influência no leitor de jornais, já que se pode questionar de que maneira o trabalho do jornalista participa do condicionamento e ‘educação’ deste último (e vice-versa).

A “VOCAÇÃO” DO JORNALISTA

Como vimos, nos textos sobre o plano de pesquisa já existe uma referência que sugere o sentido de que os jornalistas não são totalmente definidos pela lógica econômica. Essa tensão existente é apontada por Weber de forma mais explícita na conferência de 1919, *Política como vocação*, em que ressalta, a partir da sua preocupação pessoal e política, a necessidade do surgimento de líderes na Alemanha. No texto, o comentário feito por ele sobre os jornalistas tem como objetivo responder justamente se é possível que estes se tornem verdadeiros líderes políticos.

Para Weber, há dois modos pelos quais alguém pode fazer da política a sua vocação: viver “para a política” ou viver “da” política. A distinção se refere a um aspecto substancial, o econômico: “Quem luta para fazer da política uma *fonte de renda* permanente, vive “da” política, ao passo que quem não age assim vive “para” a política” (WEBER, 1982, p.105). Ou seja, um pressuposto do exercício da política como vocação é que o político deve ser economicamente independente da renda que possa ser proveniente da política. “Isto significa, muito simplesmente, que o político deve ser rico ou deve ter uma posição

pessoal na vida que lhe proporcione uma renda suficiente” (WEBER, 1982, p.105). Em outras palavras, Weber defende um recrutamento ‘plutocrático’ dos principais líderes do Estado e dos partidos políticos.

Ao avaliar, portanto, o destino ocupacional do jornalista político e de sua possibilidade de alcançar uma posição de liderança, esse critério é definidor:

[...] os líderes partidários surgidos da imprensa constituíram exceção absoluta, e não se pode contar com isso. A razão de tal fenômeno está na “indispensabilidade” do jornalista, que cresceu muito, e, acima de tudo, do jornalista sem bens e, portanto, condicionado profissionalmente, indispensabilidade essa determinada pela intensidade e ritmo muito mais intenso das operações jornalísticas (WEBER, 1982, p.118).

Ao se preocupar com a possibilidade de atuação *de fato* do jornalista como político, Weber acaba por tecer comentários que permitem apreender algumas pistas da sua percepção política sobre a carreira jornalística. Tentar-se-á, aqui, portanto, fazer algumas considerações a respeito do jornalista não *como* político, mas sobre a visão política de Weber dos jornalistas.

Desde o estabelecimento da democracia, o ‘demagogo’ tem sido o líder político típico no Ocidente, afirma Weber, e, após lembrar que o desagradável sabor da palavra não deve fazer esquecer que foi Péricles (um estrategista supremo) o primeiro a trazer o nome de demagogo, define em seguida que:

A demagogia moderna também faz uso da oratória, em proporções extremas, mesmo se considerarmos os discursos eleitorais que um moderno candidato tem de pronunciar. Mas o uso da palavra impressa é mais duradouro. O publicista político, e acima de tudo o jornalista, é hoje o representante mais importante da espécie demagógica (WEBER, 1982, p.117).

A exposição da parcela majoritária da população aos jornais que, no século XIX, estava limitada pelo baixo nível de escolaridade

e pela carência de recursos para a aquisição de material impresso, aconteceu somente após a Primeira Guerra Mundial, no século XX (COHN, 1973, p.60-61). A imprensa adquiriu à época uma importância inédita em termos quantitativos, mas também em termos de conteúdo. Para Weber, a palavra impressa, por ser mais duradoura, potencializava o efeito demagógico. Mas, afinal, que sentido ele atribui à *demagogia*?

No texto político *Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída*, cujo eixo argumentativo está largamente embasado no modelo parlamentar inglês, que o inspirava, ele defende uma monarquia parlamentar democrática baseada no sufrágio universal como a forma de governo mais eficiente para ser assumida pela Alemanha pós-bismarckiana. É com a necessidade de existência de um parlamento ativo em mente que ele afirma que o monarca, não sendo um político treinado dentro da máquina dos partidos ou da diplomacia, não pode supervisionar a administração burocrática do Estado. Tece, assim, uma crítica ao Tzar recorrendo ao sentido negativo do termo ‘demagogia’:

O monarca torna-se uma ameaça aos seus próprios interesses e aos do Estado se tentar governar por si mesmo, como o fez o Tzar, ou exercer influência por expedientes políticos – através da “demagogia” no sentido mais lato da palavra -, em discursos e por escrito, com a finalidade de propagar suas ideias ou de projetar sua personalidade (WEBER, 1974, p.35).

“Demagogia” (as aspas são do próprio autor) é empregada, nesse caso, como o instrumento cuja finalidade é propagar ideias ou projetar a si próprio, em detrimento do interesse do Estado ou do interesse público. No entanto, ainda nesse texto, ‘demagogia’ também é expressa em outro sentido.

Com o crescimento da burocracia e racionalização (tanto ‘intelectual’ como ‘prática’) da conduta, Weber confere ao elemento carismático, “irracional”, uma importância essencial para se escapar da rotinização total da política. O componente carismático teria de

ser construído com base na lealdade emocional entre líderes políticos modernos como personalidades e a massa de seus seguidores (GIDDENS, 1998, p. 63). O meio para que isso aconteça é a “demagogia”: “Pois não é a “massa” politicamente passiva que produz o líder de seu meio, mas é o líder político que recruta seus seguidores e conquista a massa pela “demagogia”” (WEBER, 1974, p.87), o que fornece um sentido positivo ao termo.

De volta ao *Política como vocação*, ele afirma que o servidor público não é demagogo e nem tem o objetivo de ser, pois sua vocação profissional é ser ‘imparcial’ no cumprimento de ordens. “Em grau bastante acentuado, a política de hoje é na verdade conduzida em público por meio da palavra escrita ou falada. Pesar o efeito da palavra propriamente é tarefa do advogado; mas não se enquadra entre as atribuições do servidor público” (WEBER, 1982, p.116). Além disso, a conduta do líder político está sujeita a um princípio de responsabilidade muito diferente, “exatamente contrário ao princípio do servidor público”, pois se a honra deste último está em cumprir ordens superiores como se a ordem concordasse com sua convicção pessoal, o líder político toma uma posição e é apaixonado (WEBER, 1982, p. 116).

Em comum com todos os demagogos e, incidentalmente, com o advogado (e o artista), o jornalista também não se enquadra numa classificação social determinada. Pelo menos é isso o que ocorre no continente europeu, em contraste com a Inglaterra, e, também, com as condições anteriores da Prússia. O jornalista pertence a uma espécie de casta de párias, que é sempre estimada pela “sociedade” em termos de seu representante eticamente mais baixo (WEBER, 1982, p.117).

Ao comparar os jornalistas com todos os demagogos que agem no sentido de convencer, agradar e/ou manipular, Weber conecta ao jornalista a característica que atribui ao advogado, pois sua função também exige que ele pese o efeito da palavra e construa uma argumentação de convencimento. A atividade específica do jornalista

e advogado (e artista) requer mais do que o mero cumprimento de ordens (como é o caso do servidor público), mas, ainda assim, são profissionais 'indisponíveis' economicamente, o que os distancia da possibilidade de se tornarem líderes políticos, para quem o uso da demagogia mais do que permitida, é necessária.

Nota-se, portanto, que "demagogia" é empregada de três maneiras: 1) no sentido positivo, como meio ou instrumento necessário (e inevitável) do líder carismático para a conquista da massa; 2) no sentido mais lato ou negativo da palavra, cujo objetivo é, por meio da oratória, a busca pela promoção de si próprio, sem a preocupação com o público; 3) e com um significado mais "descritivo", como no caso do advogado, cuja função exige que se pese o efeito da palavra, construa-se uma argumentação forte, diferentemente do servidor público que age de forma 'imparcial' e apenas cumpre ordens.

Considerando que as duas últimas formas de emprego da palavra, aplicáveis ao jornalista (já que a primeira é uma referência específica ao líder carismático), trazem em si uma conotação "irracional" (seja no sentido negativo, quando praticada em interesse próprio, seja no sentido das atribuições específicas que vão além da simples execução de tarefas), a caracterização do jornalista como o "representante mais importante da espécie demagógica" reverbera o argumento já mencionado, do jornalista não totalmente despersonalizado pela homogeneização da indústria de jornais. Por outro lado, acredito que o uso do termo "espécie demagógica" para adjetivar os jornalistas, diferentemente do que Gilles Bastin (2013, p.216-217) afirma - de que a "declaração não tinha a intenção de crítica" - conforma uma intenção crítica, especialmente se considerarmos a sua proximidade e relação com a imprensa alemã da época.

A Inglaterra, sem dúvida, era uma referência para o pensamento político weberiano. As condições históricas específicas deste país contrastavam largamente com a situação alemã. A diferença estava fundada no desenvolvimento industrial consolidado e nas constituições políticas mais liberais deste país, ao passo que a

Alemanha iniciava o avanço industrial, mas em um contexto político extremamente marcado pelo estamento autocrático dos latifundiários Junker, aos quais Weber destinava ácidas críticas.

Na Inglaterra, a Revolução Industrial ocorreu em uma sociedade em que desenvolvimentos anteriores criaram uma ordem social “de compromisso”, na qual, como Marx já havia formulado, os proprietários de terra “governavam oficialmente”, enquanto a burguesia “de fato dominava as diferentes esferas da sociedade civil” (GIDDENS, 1998, p.30-31).

Se a Alemanha necessitava de um parlamento atuante para supervisionar a dominação burocrática que estava “descontrolada” no país (WEBER, 1974, p.47) era porque Weber acreditava que, apesar da importância do treinamento especializado dos meios técnicos, ou da burocracia, para a conquista de objetivos políticos, “a criação de programas políticos não é um assunto técnico” (WEBER, 1974, p.46-47). Ao comentar sobre isso, ele faz uma consideração importante a respeito da imprensa inglesa:

O direito parlamentar de inquérito deveria ser um meio auxiliar e, de resto, um chicote, cuja mera existência coagirá os chefes administrativos a responsabilizarem-se por seus atos de tal forma que o uso do dito chicote não se faça necessário. As melhores realizações do parlamento britânico devem-se ao uso judicioso deste direito. [...]; *tem sido salientado que o melhor indicador da maturidade política está na maneira pela qual os trâmites das comissões são acompanhados pela imprensa britânica e seus leitores. Esta maturidade reflete-se [...] no fato de que a nação se mantém informada da conduta de seus negócios pela burocracia, e a supervisiona continuamente.* (WEBER, 1974, p.47, grifo meu).

A partir dessa caracterização da imprensa em relação à política inglesa, é possível estipular a crítica à imprensa alemã. Devido às condições políticas específicas inglesas, a imprensa e a forma que o público acompanha a cobertura jornalística das comissões (ou no sentido amplo, dos fatos políticos) se torna um indicador da

maturidade política existente no país. Assim, o jornalismo exerce, para Weber, a função acertada de informar a população sobre os negócios burocráticos e, dessa forma, proporciona ao público a possibilidade de ele também supervisioná-la, assim como deve fazer o parlamento.

Postura bem diferente em comparação com a que assume sobre a imprensa alemã, herdada da era Bismarck, a qual, segundo ele, “superou tudo, especialmente a partir de 1878, no que diz respeito a meios inescrupulosos e falta de bom-tom” (WEBER, 1974, p.76). Weber se refere, por exemplo, a “perigosos males” que “cortesãos e jornalistas irresponsáveis e desconhecidos conseguiram perpetrar através da publicação de declarações pessoais do monarca sobre política externa” (WEBER, 1974, p.69). Ele próprio enfrentou uma ação judicial contra um jornalista “revólver”, termo que costumava utilizar, após reagir a um artigo publicado anonimamente pelo jornal *Dresdner Neueste Nachrichten* a respeito dele e de sua esposa, Marianne Weber, em 1911 (BASTIN, 2013a, p.157).

Em resumo, relacionando o uso que Weber faz da palavra “demagogia” ao contexto político e à sua perspectiva sobre a imprensa alemã, pode-se concluir que ele censura abertamente o jornalismo demagógico e o jornalista demagogo que se utiliza da profissão para promover a si mesmo ou para promover interesses próprios em detrimento do interesse público. Ainda que ele enfatize o jornalismo como mercado e busca por lucros, há uma zona de tensão aberta entre o determinismo capitalista da imprensa como indústria e a sua ‘função’ de mediação, promoção da democracia, no sentido de ‘informar’ o público, com credibilidade, sobre as ações tomadas na esfera política ao invés de levar adiante um jornalismo irresponsável e/ou sensacionalista que não pondera o efeito provável das palavras empregadas.

No entanto, como já comentamos, o uso do termo ‘demagogo’ também está ligado à própria configuração do trabalho do jornalista que se pauta na palavra escrita e tem como princípio o argumento, convencimento, além de que, no espectro amplo, também faz menção

à sua não despersonalização, mencionando, de certa forma, uma ação ligada à personalidade - a um aspecto 'irracional' em um meio racionalizado. Nesse sentido, o que, então, caracterizaria a "vocação" específica do jornalista?

A carreira jornalística "não é um caminho para todos, muito menos para o caráter fraco, especialmente para as pessoas que podem manter seu equilíbrio interior apenas com uma posição social segura" (WEBER, 1982, p.120). Pois "a vida do jornalista é um jogo absoluto sob todos os aspectos e sob condições que põem à prova a segurança interna da pessoa, de forma que raramente ocorre em qualquer outra situação" (WEBER, 1982, p.120). Seguir as exigências do mercado não é fácil sem se tornar "absolutamente raso" e sem "perder a dignidade".

Atuar como jornalista no começo do século XX, quando organizações representativas começavam a ser estabelecidas e as condições da profissão eram extremamente mutáveis e não regularizadas era, de fato, um "jogo absoluto". No entanto, Weber faz referência a uma personalidade que está em contradição com o ritmo e exigências do mercado ("equilíbrio interior"; "segurança interna"; "dignidade"; "homens de valor"; "autênticos"). E, nesse sentido, era claramente esperançoso diante da surpresa de existir "número tão grande de homens de valor e realmente autênticos" na profissão.

Ao buscar explicar o porquê Weber afirma que o jornalista pertence a uma "espécie de casta de párias", Bastin (2013) constrói um argumento consistente nesse sentido. Para ele, a compreensão do jornalista em termos weberianos requer uma análise exaustiva tanto da situação do mercado como de sua situação ética ("caráter" ou "personalidade"). Para pensar este último, a partir do termo casta de párias, ele recorreu ao uso do conceito empregado por Weber em seus estudos da religião (sobre o hinduísmo e o judaísmo) a fim de elucidar o significado weberiano sociológico de *Pária*, o qual, de acordo com ele, é a noção de que indivíduos que vivem como párias experimentam uma forte tensão entre seu estatuto social e suas "convicções" (*Gesinnung*) (BASTIN, 2013, p.221). Daí ele sugerir a figura do paradoxo, a qual

[...] expressa o fato de que os indivíduos não podem ser completamente descritos por seu status social, e podem desenvolver convicções éticas que os ajudam a se comportar em contradição com este status. Segregação social pode servir para reforçar em vez de reduzir as convicções éticas daqueles segregados, pelo menos para o mais “virtuoso” entre eles, e isso pode ajudar párias na manutenção da sua vocação (BASTIN, 2013, p.221, tradução livre).

Além de uma resistência ética à perda de ‘personalidade’ diante da pressão cotidiana em um mundo racionalizado, o paradoxo do pária também expressa o fato de que os párias podem desempenhar um papel importante de questionamento do mundo como ele parece ser. E, nesse sentido, o conceito de Weber de “personalidade” é central, pois permite compreender a maneira como as convicções éticas são transformadas em princípios de ação e em uma conduta de vida que ajuda a reclamação de uma singularidade por parte do indivíduo em um mundo rotinizado (BASTIN, 2013, p.222).

É possível traçar um paralelo, a partir disso, com a opinião de Weber sobre a política alemã. Ele temia o domínio completo dos políticos profissionais sem vocação, sem as qualidades carismáticas íntimas que fazem o líder, sendo que o carisma expressa a esperança de Weber de uma ‘fuga’ necessária da racionalização burocrática no âmbito político. Nesse mesmo sentido, Wolfgang Schluchter (2011, p.95) classifica duas formas de orientação da ação: uma para o sucesso e outra para o valor. A primeira é regida por máximas utilitárias motivadas por interesses materiais, ao passo que a segunda obedece a imperativos categóricos, máximas normativas impelidas por interesses ideais.

Pode-se dizer, então, que Weber temia o domínio completo dos jornalistas orientados meramente pelo sucesso, sem “vocação”, interessados unicamente no ganho monetário, que vive exclusivamente “do” jornalismo, conformado à lógica de produção do mercado. “É ridículo no mais alto grau imaginar qualquer afinidade eletiva entre a “democracia” ou a “liberdade” (em qualquer sentido que essas

palavras possam ter) e o alto capitalismo dos nossos dias” (WEBER, 2004, p.103), como ele afirma em um de seus textos sobre a Rússia.

Das qualidades que Weber elenca quando fala da ética da responsabilidade e das características que considera fundamentais ao político por vocação – clareza, desapego íntimo das pessoas e das coisas, paixão, senso de responsabilidade e senso de proporções – a responsabilidade também é decisiva para um jornalista com ‘vocação’, aquele que mantém a sua dignidade, os seus valores éticos, ainda que inserido na “odiosa condição de *“déclassé”* (WEBER, 1982, p.137), de trabalhador assalariado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se preocupar com o processo histórico e sociocultural, Carlos Eduardo Sell (2012, p.159) afirma que a racionalização que Weber pretende analisar tem como sustentáculo indispensável sua teoria da ação, segundo ele, o fundamento inequívoco de todo o seu edifício sociológico. Concordando ou não com essa afirmação, é notável a centralidade da figura do jornalista, tanto na proposta de pesquisa sobre a imprensa, como para definir a sua tarefa vocacional diante da ambiguidade do processo de racionalização ocidental.

Ao que tudo indica, em relação à percepção de Weber a respeito da profissão, é fundamental, para que a conduta não se degenere em mera técnica, que a vocação não desapareça. As características atribuídas por ele como necessárias ao trabalho intelectual parecem plenamente adequadas ao jornalista: “ver os fatos, até os pessoalmente desagradáveis, e reconhecê-los; colocar-se completamente a serviço de uma determinada causa e cumprir suas exigências diárias; pensar clara e sobriamente e sentir-se responsável” (SCHLUCHTER, 2011, p.46). Ou seja, “conduta que segue a máxima de uma responsabilidade ética, quando então se tem de prestar conta dos resultados previsíveis dos atos cometidos” (WEBER, 1982, p.144).

REFERÊNCIAS

- BASTIN, Gilles. Paradox of the Pariah: Toward a Weberian Understanding of Modern Journalism. *Max Weber Studies*, vol. 13, nº 2. London: 2013.
- _____. The Press in the Light of Modern Capitalism: A planned survey by Max Weber on newspapers and journalism. *Max Weber Studies*, Vol. 13, Issue 2. London: 2013a.
- COHN, Gabriel. *Adeus, Weber*. Cursos Livres – Univesp TV. Pauta e produção: Lizely Naoum; Produção: Felipe Hiroshi; Edição: Pedro Biava, 2012. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=XDUfOYsN7_c&list=PL000A04BBFB7C8123&index=2>. Acessado em: 04. Agosto. 2015.
- _____. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- _____. *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- DOMINGUES, José Maurício. A cidade: racionalização e liberdade em Max Weber. In: Souza, Jessé (org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- HENNIS, Wilhelm. The media as a cultural problem: Max Weber's sociology of the press. *History of the Human Sciences*, vol.11, nº2. London, 1998.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. *Paradoxos da modernidade: cultura e conduta na teoria de Max Weber*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- _____. Politeísmo dos valores. In: Souza, Jessé (org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- SELL, Carlos Eduardo. Racionalidade e racionalização em Max Weber. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, nº 79, junho/2012, p. 153-233.
- WEBER, Max. A Política como Vocação. In: _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1982, pp.97-152.
- _____. A situação da democracia burguesa na Rússia. In: _____. *Estudos políticos Rússia 1905 e 1917*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.
- _____. Comunidades Políticas. In: _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa.

Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. Parlamentarismo e Governo numa Alemanha reconstruída (uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária). In: TRAGTENBERG, Maurício (org.). *Max Weber: Ensaio de sociologia e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Rapport préliminaire pour une proposition d'enquête sur la sociologie de la presse (Vorbericht über eine vorgeschlagene Erhebung über die Soziologie des Zeitungswesens)**. In: BASTIN, Gilles. *La presse au miroir du capitalisme moderne*. Anexo. Disponível em: < http://www.cairn.info/article_p.php?ID_ARTICLE=RES_109_0172>. Acessado em: 05. Agosto. 2015.

_____. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 2, nº1. Santa Catarina, 2005.